

-----ATA Nº 10-----

Aos dezasseis dias do mês de janeiro de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Sermonde, sito na Rua de Sermonde n.º 126, a Assembleia de Freguesia deu continuação, em segunda reunião, à sessão ordinária iniciada a trinta de dezembro de dois mil e catorze, retomando os trabalhos com a seguinte ordem: -----

Ponto oito - Discussão e aprovação da proposta da junta de freguesia para participação da freguesia na constituição, em associação com o município, de uma Régie Cooperativa ou Cooperativa de interesse público de âmbito Concelhio. -----

Ponto nove - Ratificação do protocolo celebrado entre a junta freguesia de Grijó e Sermonde e o Agrupamento de escolas Júlio Dinis quanto ao valor a atribuir por sala para material de limpeza e expediente. -----

Ponto dez - Discussão e aprovação das normas de controlo interno. -----

Ponto onze - Discussão e votação da proposta de alteração da tabela de taxas. -----

Ponto doze - Discussão e votação do regulamento para a venda de Veículo Pesado de Passageiros. -----

Ponto treze - Discussão e votação sobre a definição das extremas entre o artigo rústico 2529 da matriz de Grijó e Sermonde, propriedade do Lar Santa Isabel e o artigo urbano 4948, propriedade da União das Freguesias de Grijó e Sermonde e, nos termos e para os efeitos do artigo 9º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ponto catorze - Discussão e aprovação da 1ª Revisão orçamental com o saldo da conta de gerência do ano financeiro de 2014.

Ponto quinze - Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia acerca desta e da situação financeira das freguesias de Grijó e Sermonde. -----

Deu-se início à reunião na presença dos seguintes membros: -----

Pelo Partido Socialista (PS), José Manuel de Almeida Couto, Filipa Nunes Lopes Moura, José Domingos Gonçalves Correia, Fernando José Alves Pereira, José Carlos da Costa Ferreira e Francisco Manuel Jesus Silva. -----

Pela Coligação Gaia na Frente (PPD/PSD-CDS/PP), Alcino Guedes Costa, Paula Maria Leal Magalhães Dias Ferreira, Manuel Joaquim Sousa Félix e Gracelina Maria de Almeida

Costa. A deputada Ana Sofia de Sousa Félix avisou o Sr. Presidente da Assembleia que chegaria mais tarde à reunião.-----

Pelo Grupo Renovador Independente por Grijó e Sermonde (Grijos), Rodrigo Filipe Correia da Rocha. -----

Pela Coligação Democrática Unitária (CDU), Francisco Manuel Borges. -----

Pelo Executivo da Junta de Freguesia, Joaquim César Ramos Rodrigues, Gil Manuel Camarinha Costa, Rosa Margarida Rodrigues Sousa Neves, Maria João Costa e Manuel Quintas Sanhudo. -----

Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao público, para intervenção, apos inscrição para o efeito, uma vez que se trata de um ponto transversal a todas as ordens de trabalho. -----

O Sr. Adriano Neves referiu continuar a sentir-se gozado pelo executivo, uma vez que já colocaram algum asfalto na rua da Urbanização de Murracezes, mas pararam novamente a obra. Aproveitou para questionar o executivo para quando a limpeza dos terrenos adjacentes à Urbanização de Murracezes.-----

Em resposta ao Sr. Adriano Neves, o Sr. Presidente de Junta informou que a obra não está a evoluir como desejaria; está, contudo, em andamento. Relativamente aos terrenos adjacentes à urbanização mencionada, estes só poderão ser limpos pela Câmara Municipal quando esta tomar posse administrativa dos mesmos. -----

Entrando no ponto oito da ordem de trabalhos – Discussão e aprovação da proposta da junta de freguesia para participação da freguesia na constituição, em associação com o município, de uma Régie Cooperativa ou Cooperativa de interesse público de âmbito Concelhio – o Sr. Presidente de Junta referiu que, com a extinção da empresa camarária Gaianima, a gestão dos equipamentos camarários passou a ser um enorme problema, pelo que a solução encontrada pela Câmara Municipal foi a criação de uma Régie Cooperativa. Informou, ainda, que o executivo pretende participar na criação desta régie cooperativa com cerca de duzentos euros, contribuindo, assim, para o atingimento dos cinquenta mil euros necessários para a sua constituição. -----

Tomando a palavra, o Sr. Francisco Borges disse considerar que a criação de uma Régie Cooperativa é uma forma camuflada de substituir as empresas municipais. Na sua

perspetiva, o problema não reside no valor que a junta de freguesia pretende oferecer, mas antes na intenção que está subjacente à constituição da cooperativa, afirmando que a Câmara Municipal tem que ter serviços e pessoal capaz de servir a população e as suas infraestruturas, pelo que não compreende a necessidade da criação de uma régie cooperativa, até porque, segundo o Sr. Francisco Borges, o Tribunal de Contas já terá emitido pareceres desfavoráveis à constituição deste tipo de cooperativas. -----

A Sra. Paula Dias Ferreira interpelou o Sr. Presidente da Junta sobre as reais vantagens em tornar a freguesia de Grijó e Sermonde membro de uma Régie Cooperativa. -----

O Sr. José Domingos Correia congratulou a Câmara Municipal pela iniciativa, apesar de a extinção da empresa municipal Gaianima, afirmando que a participação da Junta na constituição da régie cooperativa será a única possibilidade de esta ter poder de voto, sendo, por isso, uma solução plausível, face ao problema herdado do anterior executivo camarário. Em resposta, o Sr. Presidente de Junta comunicou que a Régie Cooperativa é diferente das empresas municipais, pelo facto do grupo que compõe a administração não ser remunerado. Referiu, também, que é seu anseio que a equipa da cooperativa em formação possa integrar alguns dos excelentes técnicos pertencentes à extinta Gaianima. Considerando que a freguesia possui equipamentos municipais, o Sr. Presidente de Junta acredita que a participação na constituição da Régie Cooperativa pode ser uma mais-valia. -----

Intervindo, o Sr. Francisco Borges referiu não estar convicto de que os membros da administração da cooperativa não sejam remunerados, dada a sua responsabilidade. Salientou, ainda, que a culpa não é da junta de freguesia, mas antes da Câmara Municipal sendo, por isso, evitável a criação de uma Régie Cooperativa. -----

Submetido o documento a votação, foi este aprovado com sete votos a favor, das bancadas do Partido Socialista e do Grupo Renovador Independente de Grijó; quatro abstenções da bancada da Coligação Gaia na Frente; um voto contra da Coligação Democrática Unitária. Entrando no ponto nove da ordem de trabalhos – Ratificação do protocolo celebrado entre a junta freguesia de Grijó e Sermonde e o Agrupamento de escolas Júlio Dinis quanto ao valor a atribuir por sala para material de limpeza e expediente – o Sr. Presidente de Junta informou que reuniu com todos os presidentes de junta do concelho e ficou definido que



seriam atribuídos noventa euros por sala de aula para material de limpeza e expediente, pelo que será esse o valor atribuído ao Agrupamento de escolas Júlio Dinis. -----

Submetido o protocolo a votação, foi este aprovado com onze votos a favor, das bancadas do Partido Socialista, do Grupo Renovador Independente de Grijó e da Coligação Gaia na Frente; uma abstenção da Coligação Democrática Unitária. -----

Entrando no ponto dez da ordem de trabalhos – Discussão e aprovação das normas de controlo interno –, o Sr. Presidente de junta esclareceu, apenas, que a constituição das normas de controlo interno são uma exigência legal. -----

Tomando a palavra, o Sr. Francisco Borges congratulou o Executivo pela criação de normas de controlo interno, ressaltando que, mais do que a realização do documento escrito, é conseguir cumprir com o que ficou definido. Prosseguiu, considerando razoáveis os valores de fundo de caixa. Questionou, ainda, qual o valor máximo que pode ser liquidado em dinheiro e, também, sabendo da existência de duas contas bancárias da Junta de Freguesia, quais os critérios para usar uma em detrimento da outra. Concluiu, referindo-se ao imobilizado, esperando que se cumpra a criação de fichas e a sua atualização, principalmente no fim do mandato. -----

Respondendo, o Sr. Presidente de Junta afirmou que estão a começar a criação de fichas do imobilizado. Relativamente às duas contas bancárias, estas apenas podem ser movimentadas pelo Sr. Presidente de Junta, pela Sra. Tesoureira e pelo Sr. Gil Camarinha Costa, que é o representante legal do Sr. Presidente de Junta. Uma das contas é do Montepio e a outra é da Caixa Geral de Depósitos, sendo que, na maioria das vezes, a conta movimentada é a da Caixa Geral de Depósitos, por oferecer melhores condições de transações. Terminando, o Sr. Presidente de Junta informou que não ficou definido um valor máximo a liquidar em dinheiro, pelo facto de tudo ser pago, essencialmente, por transferência bancária. -----

Submetido o documento a votação, foi este aprovado por unanimidade. -----

Entrando em novo ponto da ordem de trabalhos – Discussão e votação da proposta de alteração da tabela de taxas – o Sr. Presidente de Junta começou por esclarecer que o aumento da mensalidade da piscina se verifica porque a Piscina de Espinho aumentou a mensalidade. Em relação às hortas comunitárias, após seis meses de uso das mesmas, os

utilizadores terão que contribuir com dois euros e cinquenta cêntimos mensais para ajuda dos custos com água. -----

Submetido a votação, foi a proposta da Junta de Freguesia aprovada por unanimidade. ----

Entrando no ponto doze da ordem de trabalhos – Discussão e votação do regulamento para a venda de Veículo Pesado de Passageiros – o Sr. Presidente de Junta comunicou que a Junta de Freguesia possuiu dois veículos pesados de passageiros, cedidos em tempos pela STCP, sendo que um deles está avariado e o seu conserto não compensar. Neste sentido, o Sr. Presidente de Junta informou que procederá à tentativa de vender este veículo, através de anúncio no jornal, sendo que as propostas que surgirem serão apresentadas em carta fechada e posteriormente analisadas. Se não surgirem interessados no veículo em causa, este será abatido, o que poderá render à Junta de Freguesia cerca de dois mil e quinhentos euros. -----

Intervindo, o Sr. Francisco Borges manifestou a sua insatisfação face à alienação de património, pelo que sugeriu que o veículo pesado de passageiros fosse oferecido a alguma das coletividades da freguesia que estivesse interessada ou, em alternativa, fosse trocado diretamente por outro equipamento para a junta, como por exemplo, um dumper. -----

Tomando a palavra, o Sr. José Domingos Correia felicitou o Executivo por trazer esta problemática à Assembleia de Freguesia, considerando que oferecer o veículo a uma das coletividades da freguesia seria extremamente confuso e conflituoso. -----

Em resposta, o Sr. Presidente de Junta referiu que, antes de decidir vender ou abater o veículo, tentou encontrar outras soluções, nomeadamente a criação de uma biblioteca itinerante. Contudo, seria um gasto enorme para a Junta de Freguesia, considerando que o veículo teria que ser arranjado, ter-se-ia que pagar seguro do mesmo, no valor de cerca de setecentos euros anuais, assim como pagar ao condutor do autocarro. Desta forma, o Sr. Presidente de Junta considerou ser mais sensato e mais seguro vender ou abater o veículo pesado de passageiros. Por outro lado, o Sr. Presidente de Junta referiu que se é difícil para a Junta de Freguesia manter um autocarro, mais difícil será para uma coletividade. Acrescentou, ainda, que o atual executivo quer solucionar este problema de forma clara e transparente, não querendo que aconteça o que sucedeu com o anterior executivo, em que foi abatido um autocarro e não existe registo da entrada do respetivo dinheiro. -----

Submetida a proposta a votação, foi esta aprovada com onze votos a favor das bancadas do Partido Socialista, do Grupo Renovador Independente de Grijó e da Coligação Gaia na Frente; uma abstenção da Coligação Democrática Unitária.

Entrando no ponto treze da ordem de trabalhos – Discussão e votação sobre a definição das extremas entre o artigo rústico 2529 da matriz de Grijó e Sermonde, propriedade do Lar Santa Isabel e o artigo urbano 4948 propriedade da União das Freguesias de Grijó e Sermonde e, nos termos e para os efeitos do artigo 9.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro – o Sr. Presidente de Junta informou que o terreno em causa é onde está situado o Grupo Recreativo Mocidade Corveirense, sendo que as negociações com o Lar Santa Isabel tiveram como principal objetivo que a definição dos limites do terreno fossem mais vantajosas para a Junta de Freguesia. Informou, ainda, que, posteriormente, e depois de aprovado este documento, quer em Assembleia de Freguesia quer em Assembleia do Lar Santa Isabel, será celebrado um protocolo entre a Junta de Freguesia e o Grupo Recreativo Mocidade Corveirense, no sentido de dar mais autonomia à coletividade, para que possam fazer obras na sua sede e realizar as suas atividades com mais dignidade. -----

Submetido o documento a votação, foi este aprovado por unanimidade. -----

Aqui chegados, eram vinte e duas horas e trinta minutos, a deputada Ana Sofia de Sousa Félix, membro da bancada da Coligação Gaia na Frente, que havia justificado o seu atraso, deu entrada na sala, ocupando o seu lugar. -----

Entrando no ponto catorze da ordem de trabalhos – Discussão e aprovação da 1ª Revisão orçamental com o saldo da conta de gerência do ano financeiro de 2014 – o Sr. Presidente de Junta referiu que foram introduzidos alguns reforços de valores não significativos. -----

Intervindo, o Sr. Francisco Borges considerou não se justificar a apresentação de uma revisão orçamental dentro da mesma assembleia de freguesia, sendo mesmo incomum isso acontecer. Prosseguiu afirmando que o valor do saldo final orçamental apresentado difere em cerca de três mil euros relativamente ao somatório dos saldos bancários e caixa, o que deveria ser retificado. Questionou, ainda, a razão para o não aparecimento no plano de atividades de 2015 da realização da feira rural e a criação do jornal eletrónico e em suporte de papel. Concluiu, perguntando onde vai ficar o Balcão do Cidadão, quem o irá gerir e que custos trará para a Junta de Freguesia. -----



Tomando a palavra, o Sr. Presidente de Junta informou que, de acordo com o protocolo assinado entre a Câmara Municipal e o Estado, o Balcão do Cidadão deverá funcionar na freguesia onde não está a sede da união de freguesias, sendo que não trará custos para a junta, uma vez que serão os funcionários já existentes que irão exercer essas funções, informando que entre quarenta a sessenta por cento dos valores cobrados pelas solicitações ficarão para a junta. Quanto à não realização da feira rural este ano, o Sr. Presidente de Junta disse tratar-se de uma opção do executivo. -----

Tomando novamente a palavra, o Sr. Francisco Borges referiu que, quanto à sede do Balcão do Cidadão, esta não será uma exigência, mas antes uma intenção, caso contrário, em Seixezelo, o Balcão do Cidadão ficaria ali e não no antigo Quartel dos Bombeiros dos Carvalhos. Na sua perspetiva, o Balcão do Cidadão deveria ser em Grijó questionando, ainda, se haverá condições para os funcionários da junta acumularem mais funções. -----

Em resposta, o Sr. Presidente de Junta esclareceu que a sede da junta de freguesia, em Grijó, não reúne as condições definidas nas regras impostas pela Câmara Municipal. Referiu também que já foram serviços de Sermonde para Grijó, sendo agora o momento de levar serviços para Sermonde. -----

Submetido o documento a votação, foi este aprovado com sete votos a favor das bancadas do Partido Socialista e do Grupo Renovador Independente de Grijó; seis abstenções da Coligação Gaia na Frente e da Coligação Democrática Unitária. -----

Entrando no ultimo ponto da ordem de trabalhos – Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia acerca desta e da situação financeira das freguesias de Grijó e Sermonde –, o Sr. Presidente da Junta apresentou, de forma sucinta, as principais informações inscritas no documento previamente enviado aos senhores membros da assembleia, dando, contudo, especial realce às estatísticas de desemprego em Grijó e Sermonde, ao número elevado de agregados familiares com Rendimento Social de Inserção, em ambas as freguesias, à continuação das obras na casa de Santa Rita e aos diferentes processos jurídicos em curso, decorrentes do não pagamento de serviços por parte do anterior executivo. -----



Tomando a palavra, o Sr. Francisco Borges questionou se das cinco empresas que recorreram a Tribunal contra a Junta de Freguesia alguma das notificações foi favorável à junta. -----

Respondendo, o Sr. Presidente de Junta informou que o Tribunal, de acordo com a denominada lei dos compromissos, assumiu que a razão estará do lado da junta; todavia, o tribunal a que recorreram os primeiros credores não é competente para julgar este tipo de matérias. -----

Tomando a palavra, o Sr. Francisco Borges referiu que o Executivo continua a acreditar que não terá que pagar aos fornecedores em falta, considerando, ainda, que ao longo deste processo, a junta terá mais gastos, nomeadamente com as despesas de tribunal e juros de mora, quando tiver que, finalmente, liquidar as dívidas pendentes. Referiu, também, que outras juntas de freguesia já terão pago dívidas dos anteriores executivos, sem nenhuma interferência de outras entidades. -----

Em resposta, o Sr. Presidente de Junta reiterou que, segundo a referida lei dos compromissos, o pagamento de dívidas deixadas pelo anterior executivo constituiu uma ilegalidade. As faturas apresentadas são ilícitas, pelo que terão que ser discutidas em Tribunal e cumprida a respetiva sentença. Acrescentou que, na sua perspetiva, o anterior executivo tem que ser responsabilizado, bem como os membros da assembleia de freguesia do mandato anterior, por terem aprovado e pactuado com as opções do executivo, sem uma fiscalização séria, como lhes competia. -----

Intervindo, o Sr. José Domingos Correia disse que os fornecedores não são inocentes, sendo conhecedores das leis com que se regem. Na continuação, felicitou o executivo pelo processo de oferta de emprego a cerca de cinquenta e oito pessoas, pela presença em todas as coletividades, pela tentativa de legalização da Casa Amarela, pelas obras já realizadas na Casa da Santa Rita e pela apresentação clara e transparente do relatório de contas do evento Noite de Verão. Terminou congratulando também a Câmara Municipal pelos trabalhos realizados na zona industrial de Grijó. -----

O Sr. Francisco Borges realçou que o evento Noites de Verão deverá continuar a ser realizado, sendo que as coletividades devem obter o máximo de benefício. -----

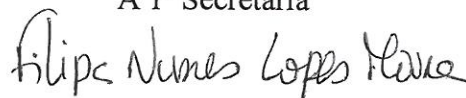
Nada mais havendo a tratar, eram vinte e três horas e vinte e cinco minutos, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e pela 1ª secretária. -----

O Presidente da Assembleia



José Manuel de Almeida Couto, Prof. Doutor

A 1ª Secretária



Filipa Nunes Lopes Moura, Dr.ª

